



III ENCONTRO NACIONAL DE EDUCAÇÃO MATEMÁTICA INCLUSIVA

04 a 06 de setembro de 2023

Instituto Federal do Espírito Santo

Vitória-ES

Lives no YouTube como fomento para reflexão docente sobre processos de exclusão/inclusão de pessoas LGBTQ+ nas aulas de matemática

Glauber Carvalho da Silva¹

Agnaldo da Conceição Esquincalha²

Para que as escolas sejam inclusivas, em especial as aulas de matemática, é importante que se reconheça os processos de exclusão causados pela (aula de) matemática e a LGBTQfobia presente nos espaços educacionais. Para além disso, é preciso que o respeito e acolhimento às identidades de gêneros e orientações sexuais sejam bandeiras desses espaços, tal como o combate a LGBTQfobia e a reformulação de práticas que colaboram na culpabilização dos indivíduos sobre seu fracasso nas aulas de matemática, isso é, na isenção do sistema de ensino frente os processos de exclusão em questão. Assim, objetivando contribuir com essas reflexões, neste relato de experiência serão apresentadas/analizadas três lives que tratam desses temas. Com isso, esse relato contribui no (re)pensar o ambiente educacional, com a perspectiva da inclusão verdadeira dos indivíduos nesses espaços. Acredita-se que, somente com o exposto, o “simples” incluir deixará de ser uma ação excludente, pois a diversidade de gênero e sexual será permanentemente evidente e as pessoas continuarão a se interessar pela matemática.

Palavras-chave: Inclusão; Exclusão; Gêneros e Sexualidades; LGBTQfobia; Educação Matemática.

Introdução

Os aspectos socioculturais dos indivíduos – o capital cultural deles – são determinantes sobre seu processo de aproveitamento e desenvolvimento acadêmico. A fim de trabalhar essa perspectiva nessa introdução, evoca-se algumas reflexões promovidas pelo sociólogo Pierre Bourdieu, nesse caso serão tomadas apenas as reflexões possíveis de serem traduzidas para o contexto educacional brasileiro atual. Partindo dessas, as discussões acerca da escola como um local inclusivo tornam-se voltadas para além de fazer valer o direito ao acesso à educação para todas as pessoas, pois tais possibilitam novas formas de interpretar os processos de inclusão e exclusão.

É sabido que, as escolas são ambientes de pluralidade social, nos quais indivíduos com diferentes capitais culturais podem frequentar. Diante disso, para Pierre Bourdieu (1996), ainda, há mecanismos nas escolas que fazem a diferença de capital cultural ecoarem ao longo da formação discente, afinal, aqueles dotados desse capital, em detrimento daqueles que possuem menos, têm proeminentes possibilidades sociais, temporais e financeiras para

¹ Universidade de São Paulo, glaubercarvalho90@gmail.com.

² Universidade Federal do Rio de Janeiro, agnaldo@im.ufrj.br.



III ENCONTRO NACIONAL DE EDUCAÇÃO MATEMÁTICA INCLUSIVA

04 a 06 de setembro de 2023

Instituto Federal do Espírito Santo

Vitória-ES

se desenvolverem. A fim de ilustrar essa situação pode-se pensar sobre o sistema de avaliações, pois percebe-se que alunos menos favorecidos de capital cultural possuem à sua disposição poucos dispositivos (como ambiente de estudo adequado, tempo e afins) para se dedicarem aos estudos voltados para um teste; assim a diferença torna-se uma desigualdade.

Essa ilustração nos convoca a falar sobre a existência do sistema de classificação nas escolas, que funciona como um método capaz de ordenar os alunos e de consagrar aqueles que são bem classificados, de modo a legitimar uma dominação sobre os outros, como explora Bourdieu (1996). Com isso, títulos escolares, diplomas técnicos, se tornam títulos sociais, que inferem uma caracterização e, conseqüentemente, uma hierarquização dos seres em sociedade, que por um apelo à nomeação, muitas vezes institucional, se fincam como dotados de conhecimento e poder.

Nesse momento, é interessante trazer à baila que, evidentemente, dentro da sociedade existem mecanismos – superiores, exteriores – que rondam os comportamentos dos indivíduos (BOURDIEU, 1996), como a lógica neoliberal difundida atualmente, na qual por meio da sua ideia fundamental, de que as conquistas das pessoas são frutos direta e unicamente de seus esforços, por exemplo, abdica as responsabilidades do sistema de ensino frente aos processos de exclusões causados por tal sistema.

Dessa forma, baseado num mecanismo que legitima e impõe a lógica de competição entre todos, a classificação nas instituições educacionais se intensifica e, portanto, é instituída uma hierarquia, que conforme percebeu Bourdieu (1996) era dominada por aqueles que sabiam matemática. Frente ao exposto, a pesquisa feita por Hygor Guse e Agnaldo Esquincalha (2022) com professores LGBTI+ de matemática evidencia que a ideia do saber matemático como superior ainda é realidade nas escolas brasileiras hodiernas. Nessa pesquisa, os professores entrevistados expuseram que o fato deles saberem matemática, enquanto alunos na educação básica, serviu como proteção aos preconceitos destinados a eles, por suas dissidências de gêneros e/ou orientações sexuais. Impende colocar que essa noção da matemática como superior “(...) implica em aulas de matemática segregadoras que produzem e reproduzem cis-heteronormas.” (GUSE; ESQUINCALHA, 2022, p. 8).

Tendo em vista que, o conhecido e exposto conservadorismo vigente na sociedade brasileira atual produz discursos contrários às identidades de gêneros e orientações sexuais



III ENCONTRO NACIONAL DE EDUCAÇÃO MATEMÁTICA INCLUSIVA

04 a 06 de setembro de 2023

Instituto Federal do Espírito Santo

Vitória-ES

que fogem da cis-heteronorma; a escola, por vezes reflexo da cultura em que está inserida, reproduz a LGBTfobia em seu espaço. Afinal, diante desse cenário, políticas contrárias à uma Educação voltada para as questões de gêneros e sexualidades são colocadas em práticas e, portanto, o trabalho nas instituições de ensino para o respeito com as diversas identidades de gêneros e orientações sexuais é cerceado, conforme assevera Filipe Silva (2019).

O desafio diário de seguir no cotidiano escolar desestabilizando os padrões de gênero e sexualidades legitimados pelo discurso da doutrinação heterossexual é um sacerdócio de muitos adolescentes e jovens de identidade LGBT ou corpos *queer* e não-binários que habitam as salas de aula. Subverter os padrões sociais na escola pode ser um caminho cosmopolita que abarque não só as diferenças de gênero como as diferenças de raça, classe social e cultura. O preconceito, a violência e a discriminação em relação às várias possibilidades de diversidade sexual geram e reproduzem a desigualdade, legitimando situações de extrema violência física e simbólica; combater tais padrões se configura na contemporaneidade como uma tarefa dada a todos/as aquelas/es que acreditam no poder transformador da educação. (SILVA, 2019, p. 117)

Partindo disso, reflexões coerentes – que questionam as visões hegemônicas – acerca de gêneros e sexualidades são essenciais nas escolas, para que esses espaços possam acolher as diferenças e deixar de colaborar na promoção das desigualdades, firmando-se, assim, como um agente de transformação dos ideais LGBTfóbicos, a fim de contribuir na formação de indivíduos respeitosos à diversidade. Para isso, é substancial que pesquisas se voltem para as questões que tangenciam os estudos de gêneros e de sexualidades e, principalmente, que as pessoas da comunidade LGBTQIA+ estejam presente nas universidades e demais espaços.

Entretanto, assim como nas escolas, ampliando a discussão de Cristine Ribeiro, Camila Moraes e Nino Kruger (2019), o contexto universitário está regado de preconceitos direcionados às identidades de gênero e orientações sexuais que dissonam do padrão cisgênero e heterossexual, ou seja, os grupos sociais e suas particularidades presentes nas universidades estão envoltos por relações de poder.

Dessa forma, partindo da noção de que para uma escola ser inclusiva é necessário que todo o corpo discente se sinta acolhido e respeitado no contexto escolar, as aulas de matemática precisam ser ambientes não excludentes e as instituições escolares precisam atuar no combate à LGBTfobia. Afinal, “A familiaridade nos impede de ver tudo o que se esconde em atos puramente técnicos utilizados pela instituição escolar.” (BOURDIEU, 1996, p.38).



III ENCONTRO NACIONAL DE EDUCAÇÃO MATEMÁTICA INCLUSIVA

04 a 06 de setembro de 2023

Instituto Federal do Espírito Santo

Vitória-ES

Ou seja, a presença do preconceito aos indivíduos dissidentes da cis-heteronorma e a exclusão pela (aula de) matemática, discutida anteriormente, está além do discurso técnico das instituições escolares, mas concentra-se, respectivamente, como políticas contrárias à liberdade identitária e sexual e da lógica neoliberal e cristã, de modo que, familiarizados com tais medidas institucionais, o corpo docente colabora na reprodução da cis-heteronorma e o sistema de ensino excluem alunos pela(s) (aulas de) matemática.

Rogério Junqueira (2009, p. 16) acredita na substancialidade de pesquisas que busquem colaborar com a compreensão da (re)produção da homofobia (pelas) nas escolas e seus ecos nas vidas das pessoas, e na importância da construção de “(...) indicadores sociais de homofobia nos sistemas escolares para, entre outras coisas, formularmos, implementarmos e executarmos políticas educacionais inclusivas.” É possível expandir essa ideia, para se pensar na LGBTfobia.

Frente a isso, o presente relato de experiência, para poder se constituir como uma breve contribuição à formulação de instituições escolares inclusivas, tem como objetivo refletir sobre (1) os processos de exclusão que ocorrem pela (aula de) matemática e (2) a LGBTfobia presente nos espaços educacionais. Essa reflexão se dará apresentando um arcabouço teórico sobre tais temas e relatando a experiência do primeiro autor na participação em três lives no canal do YouTube, do grupo de pesquisa e extensão que ele faz parte.

Algumas reflexões sobre processos de exclusão pela (aula de) matemática

A priori, poderia se acreditar que a escola seria um ambiente de reformulação estrutural, de modo que as desigualdades seriam tratadas. Contudo, de acordo com Iara Rocha (2001), a escola é permeada pela lógica capitalista e, conseqüentemente, reforça as desigualdades. Rocha (2001, p. 23-24), ainda, cita a Matemática como uma ferramenta contribuinte à esse reforço, dado que o ensino dessa disciplina tem se fundamentado em aspectos técnicos, que promovem (1) “o fracasso do processo de ensino aprendizagem”, uma vez que o aluno torna-se uma máquina reprodutora de padrões transmitidos pelas aulas, não consegue tomar doses do conhecimento ofertado e notar utilidade desses na sua vida ou no desenvolvimento da sociedade; (2) “o incremento da distância entre trabalho manual e



III ENCONTRO NACIONAL DE EDUCAÇÃO MATEMÁTICA INCLUSIVA

04 a 06 de setembro de 2023

Instituto Federal do Espírito Santo

Vitória-ES

trabalho intelectual”, reforçando/condicionando a posição no mercado de trabalho dos alunos de escola pública, isso é, na estrutura da divisão do trabalho que subalternizam aqueles com uma escolarização de menor qualidade, já que esses possuem menor qualificação perante o ensino mecanizado que tiveram contato; e (3) “a formação de um ser humano acomodado, de um trabalhador obediente”, que não consegue compreender seu papel dentro da sistema capitalista, sua posição de explorado, e que, portanto, aceita quaisquer condições de trabalho e não subverte-se.

Para além disso, nas escolas brasileiras os processos de exclusão atravessam as diversas disciplinas que são ofertadas, posto que, como explora Fernando Seffner (2009), tais espaços educacionais foram construídos na perspectiva da exclusão e segregação de determinados indivíduos, segundo comportamentos ditos adequados ou ideais. Esses processos muitas vezes são alimentados por grupos que possuem privilégios na sociedade, em detrimento daqueles entendidos como excluídos, e que desejam a escola como aliada para manter seu *status quo* e proliferar o discurso de que os excluídos são culpados da sua própria exclusão (SEFFNER, 2009).

Essa lógica é evidente dentro dos sistemas de avaliações, que ao invés de servir como um instrumento de diagnóstico confere-se como um sistema medíocre de seleção e que culpabiliza os alunos pelo seu rendimento escolar, alimentando um ideal meritocrático nas escolas e que o ensino de matemática não se esvazia (ROCHA, 2001); além do ideal individualista, a falta de cooperação entre as pessoas, na medida que, como discutido anteriormente e exposto por Gelsa Knijnik (2001), tal sistema contribui para hierarquização dos indivíduos. Com isso, a competição – característica chave do neoliberalismo – se torna clara nas instituições de ensino.

Outrossim, Ricardo Assunção e Marcio Silva (2021) ajudam a compreender o exposto, em virtude de notarem os ecos do discurso neoliberal e religioso – em específico, do catolicismo – sobre a perspectiva de discentes do Ensino Médio que ficaram com dependência na disciplina de matemática e evadidos da Licenciatura em Matemática, do Instituto Federal Goiano – Campus Urutaí. Nessa pesquisa, os autores perceberam um enunciado numeroso dentre as pessoas entrevistadas: *se eu tivesse me esforçado mais, eu conseguiria*. Diante disso, eles exploraram como a lógica neoliberal culpabiliza alunos pelo seu desenvolvimento acadêmico, como se o seu sucesso, e conseqüentemente fracasso,



III ENCONTRO NACIONAL DE EDUCAÇÃO MATEMÁTICA INCLUSIVA

04 a 06 de setembro de 2023

Instituto Federal do Espírito Santo

Vitória-ES

escolar dependesse única e diretamente de suas escolhas; assim como a lógica catolicista, que é fundamentada pela culpabilização dos sujeitos e atuou na injeção da moral cristã no tecido social.

Trata-se de uma lógica perversa que retira a responsabilidade da gestão da instituição de ensino, dos servidores, dos professores, do currículo e do Estado, e joga inteiramente para o aluno e aluna. Isso acontece porque parte-se da premissa que as regras do jogo são as mesmas para todos os jogadores, embora, como bem sabemos [sic], as condições de jogo, assim como cada jogador, são diferentes. (ASSUNÇÃO; SILVA, 2021, p. 10)

Ademais, a visão da matemática como uma disciplina neutra é também uma fonte para que sejam feitas exclusões pela (aula de) matemática, pois essa perspectiva circunscreve o ensino de matemática para a mecanização, ou seja, para a falta de criticidade, ignorando a formação discente voltada ao exercício da cidadania (ROCHA, 2001).

Paralelamente, essa concepção acerca da Matemática contribui na deslegitimação de pesquisas e ações que se voltem para tensionar o campo da Educação Matemática com os Estudos de Gênero e Sexualidades, conforme ilustram Luísa Mendes, Washington Reis e Agnaldo Esquincalha (2022), ignorando o papel político das aulas de matemática e, então, contribuindo na possibilidade de propagação de preconceitos à diversidade identitária e sexual dos alunos, durante as aulas dessa disciplina – ou seja, as aulas se tornam momentos de exclusão –, pois os professores que a ensinam tendem a permanecer com a noção problemática do ensino de matemática ser isento das questões sociopolíticas e a usar sua bagagem cultural para lidar com as questões de gêneros e sexualidades no decorrer da sua atuação docente.

Dessa forma, a LGBTfobia passa a não ser combatida por docentes que ensinam matemática e continua se firmando nos espaços educacionais. Sendo assim, na próxima parte desse relato de experiência será discutido a presença desse preconceito nas instituições de ensino, problematizando-a a partir da ideia de ser substancial incluir a diversidade nesses espaços.

Luta contra LGBTfobia nos espaços educacionais

Historicamente, as escolas brasileiras se fincaram como ambientes voltados à ideais heteronormativos, nas quais se faziam presente uma distinção entre aqueles entendidos como normais – o homem, branco, heterossexual, cristão, burguês – e aqueles que, por dissonarem



III ENCONTRO NACIONAL DE EDUCAÇÃO MATEMÁTICA INCLUSIVA

04 a 06 de setembro de 2023

Instituto Federal do Espírito Santo

Vitória-ES

do esperado, eram tidos como estranhos e, muitas vezes, pecadores (JUNQUEIRA, 2009), dada a influência da lógica catolicista no tecido social, conforme explorado anteriormente, e a promoção de seus ideais nas instituições de ensino.

Ole Skovsmose (2019) problematiza a ideia de categorizar algo como “normal”, de atribuir a normalidade para determinado grupo ou característica e, portanto, a ideia de inclusão voltada para incluir nas escolas aqueles que são entendidos como desviantes da suposta normalidade. Nesse sentido, esse autor apresenta uma nova forma de compreender a educação inclusiva, ao interpretá-la como um *encontro entre diferenças*.

Diante disso, para que os espaços educacionais sejam inclusivos é importante que a diversidade de gênero e sexualidade esteja presente nesses espaços e que ela seja acolhida e respeitada. Ou seja, não dá para falar coerentemente de inclusão sem pensar também sobre como possibilitar que a pluralidade de corpos, identidades de gêneros e orientações sexuais estejam permanentemente visíveis nas escolas. Contudo, conforme aponta Skovsmose (2019), para que haja tal encontro entre diferenças é substancial a implementação de *cenários para investigação inclusivos*. Para que isso ocorra, as instituições de ensino precisam atuar na luta contra a LGBTfobia, existente em seus contextos (JUNQUEIRA, 2009; SILVA, 2019). Isso é, a estrutura escolar precisa ser modificada, pois “Não é possível educar num ambiente de falta de respeito, e a agressão – verbal e até mesmo física – tem sido uma arma de expulsão de indivíduos que não se enquadram na regra da heteronormatividade.” (SEFFNER, 2009, p.132)

Para Junqueira (2009), essa violência ronda todo o alunado – em virtude, por exemplo, da construção da masculinidade hegemônica –, cerceando o gozo dos direitos educacionais de cada aluno, mas fica ainda mais evidente àqueles que divergem dos padrões identitários e sexuais. Quando se trata das pessoas travestis e transexuais a violência é ainda mais aparente, já que nas escolas tais não conseguem, na maioria das vezes, ao menos, frequentar o banheiro que se sentem confortáveis, com o qual se identificam, como evidenciaram Erikah Souza, Jarles Medeiros, Alessandra Barbosa, Marcos Novaes e Johnantan Moura (2019).

Para além disso, diversas são as violências que as pessoas trans e travestis vivenciam nas escolas, como a proibição da indumentária conformada com a sua identidade e a



III ENCONTRO NACIONAL DE EDUCAÇÃO MATEMÁTICA INCLUSIVA

04 a 06 de setembro de 2023

Instituto Federal do Espírito Santo

Vitória-ES

negligência, por parte do corpo docente e institucional, acerca do uso do nome social (SOUZA et al., 2019). Assim, o ambiente escolar se ecoa como um ambiente de exclusão às pessoas trans e travestis. Esses autores concluíram, a partir da pesquisa feita em 4 escolas públicas do Ceará, que

É imprescindível que tenhamos a consciência de que o combate à discriminação e ao preconceito, sejam eles de qualquer natureza, deva ser potencializado. Devemos promover uma escola com ações estratégicas que viabilizem o acesso ao conteúdo de gênero e sexualidade. No espaço de formação inicial (universidades) temos que garantir todas essas discussões para que possamos, desde a base, concretizar uma ação multiplicativa/afirmativa, baseada na equidade, pluralidade e na diversidade. (SOUZA et al., 2019, p. 90)

Contudo, de acordo com a pesquisa de Jailson Santos (2018) realizada com 18 estudantes LGBT do curso de Pedagogia da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), mesmo entendendo a universidade como um ambiente (de certo modo) tolerante à presença de pessoas LGBT, esse espaço ainda está pairado sobre preconceitos destinados a elas. Por conseguinte, vale a ressalva que, pesquisas que envolvam as questões de gêneros e sexualidades são emergentes e substanciais, para que dentro do contexto acadêmico as discussões relativas a esses temas estejam presentes e, daí, a realidade exposta na citação anterior será possível.

Lives: meu relato de experiência

Explorando a ideia de Junqueira (2009), mesmo compreendendo a escola como reprodutora de mecanismos que reverberam a cis-heteronorma e que institui em seu espaço processos de exclusão, não se pode esquecer do seu potencial em deslustrar tais mecanismos. É nesse sentido que, com essa seção será trazido à baila meu relato de experiência a partir da minha participação em três lives ofertadas pelo grupo de pesquisa e extensão interinstitucional, sediado na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), chamado “MatematiQueer: Estudos de Gênero e Sexualidades em Educação Matemática”, o qual faço parte; pois acredito que tais lives têm potencial para colaborar em aulas de matemática inclusiva, tal como em um ambiente escolar/acadêmico com essa característica.

A primeira live mediei junto com a Anna Lydia Durval (mulher cis, parda, heterossexual), uma colega do grupo. Essa se chama “Algumas reflexões sobre processos de exclusão pela (aula de) matemática” e foi realizada no dia 25 de novembro de 2022, com a participação de dois palestrantes convidados: Alexandre Jenevain Jr (homem cis, branco e



III ENCONTRO NACIONAL DE EDUCAÇÃO MATEMÁTICA INCLUSIVA

04 a 06 de setembro de 2023

Instituto Federal do Espírito Santo

Vitória-ES

gay) e Ricardo Assunção (homem cis, pardo e homossexual). Durante essa live foi possível compreender como as aulas de matemática e a Matemática que tomamos como base – e impomos aos nossos alunos – são capazes de excluir as pessoas. Para isso, discutimos sobre o documentário “X não pertence” elaborado pelo primeiro palestrante, que funciona como uma ferramenta na formação de professores que ensinam matemática, pois traz consigo reflexões sobre o agir perante situações que tangenciam as questões de gêneros e sexualidades (certamente comuns no cotidiano escolar e que demanda conhecimentos além da bagagem cultural). Assim como, conversamos sobre a percepção dos alunos acerca dos processos de exclusão causados pela (aula de) matemática, partindo da tese de doutorado do segundo palestrante, que possibilitou notar como os diversos discursos presentes na sociedade brasileira atual (como o neoliberal e religioso discutido anteriormente, mas também o patriarcal, científico e pedagógico-educacional) colaboram na construção dessa percepção. Partindo dessa live, é possível notar a necessidade de se repensar as formas de ensinar matemática, se atentar e questionar (a)os discursos que proferimos no cotidiano e na sala de aula e se formar adequadamente sobre as questões de gênero e sexualidade, para que sejamos contribuintes à promoção do respeito à diversidade e da permanência plural de discentes nas escolas e com interesse na matemática.

A segunda live se chama “*Levanta Gay Bora Trabalhar, Questionar e Investigar na Academia (e mais um pouco)!*” e foi realizada no dia um de fevereiro de 2023, com a participação da Gabrielle Weber (travesti, lésbica, branca) como palestrante convidada. Durante a live foi possível discutir sobre as influências dos gêneros na academia, perpetuando uma representação e valorização desigual nesse espaço, assim como nota-se que dentro das ciências exatas essa desigualdade é ainda mais alarmante. A pesquisadora acredita que a academia não está isenta da sociedade que se insere, ou seja, há reflexos da cis-heteronorma em seu ambiente e, assim, aqueles que mais distanciam dessa norma são os que mais sofrem violências, chamando atenção sobre as pessoas trans e travestis. Essa realizou uma pesquisa com 1449 estudantes LGBTQIA+ brasileiros, a fim de identificar as dificuldades que tais enfrentam na academia: se percebe que a maioria das pessoas não escondem ser LGBT na academia, mas que muitas sofreram ou presenciaram atos LGBTfóbicos e que a implementação de medidas institucionais efetivas acerca da população LGBTQIA+ surte efeito efetivo na luta contra a essas violências. Diante da fala da Gabrielle é possível notar possibilidades para tangenciar o campo das ciências exatas com os Estudos



III ENCONTRO NACIONAL DE EDUCAÇÃO MATEMÁTICA INCLUSIVA

04 a 06 de setembro de 2023

Instituto Federal do Espírito Santo

Vitória-ES

de Gênero e Sexualidades, para isso a palestrante usou de recursos matemáticos (conceito de vetores linearmente independentes, distribuição bimodal e bijeções) para interpretar, com outro referencial, algumas questões que envolvem os gêneros. Sendo assim, essa live nos convida a refletir sobre como entendemos os gêneros, a nossa identidade, sobre a importância de corpos LGBTQIA+ na academia e compreender como esse ambiente ainda está regrado pela cis-heteronorma – para, diante disso, refletirmos sobre políticas contrárias à LGBTfobia.

A terceira live se chama “Luta contra LGBTfobia nos espaços educacionais” e foi realizada no dia 17 de maio de 2023. Ela foi mediada pelo segundo autor (homem cis, branco e gay) e teve como palestrante convidados eu (homem cis, branco, bissexual), Erikah Souza (mulher trans, branca/parda), Letícia Lima (mulher cis, lésbica, nordestina), Lidiane Camini (mulher cis, branca, bissexual), Mat Cunha (pessoa branca) e Thales Colla (homem trans, branco). Essa live se direcionou a responder duas questões: *como podemos sensibilizar os colegas agentes educacionais (de todas as áreas) para as questões da LGBTfobia? Quais práticas podemos usar em nossas salas de aula para atuar na luta contra LGBTfobia?* Essas questões possibilitaram uma discussão muito rica. Com o discutido foram elencadas algumas contribuições interessantes: enquanto professores estamos o tempo todo sendo vigiados, ter conhecimento legal sobre possibilidades de trabalhar as questões de gêneros e sexualidades é essencial, assim como percebe-se que compartilhar nossas narrativas, ter um diálogo aberto e sincero, impactam positivamente nossos alunos e o corpo docente, pois notam a representatividade e compreendem nossas lutas, nossos gestos de resistência, e dessa forma deixamos de trabalhar unicamente com dados assustadores sobre violências às pessoas LGBT. É preciso ter em mente que a LGBTfobia é um crime e que enquanto professores precisamos possibilitar o gozo dos direitos essenciais de nossos alunos, como o nome social e o uso do banheiro de acordo com a identidade do aluno. Além disso, é substancial um olhar interseccional para as questões de gêneros e sexualidades, envolvendo outros marcadores sociais da diferença, buscando articular essa interseccionalidade com o conteúdo a ser ensinado na sala de aula. Por fim, com essa live nos convoca a atuar frente a luta contra a LGBTfobia nos espaços educacionais e interferir em qualquer situação de violência que presenciemos ou passamos a conhecer. Para isso, precisa-se que professores (inclusive que ensinam matemática) busquem formações sobre temas que envolvam gêneros e sexualidades.



III ENCONTRO NACIONAL DE EDUCAÇÃO MATEMÁTICA INCLUSIVA

04 a 06 de setembro de 2023

Instituto Federal do Espírito Santo

Vitória-ES

Sendo assim, acredito que as três lives apresentadas contribuem na reflexão acerca dos espaços escolares inclusivos, em especial as aulas de matemática, pois se revelam como formadoras potentes e importantes sobre esse tema. Vale a ressalva que, tais lives tem muito além do descrito para ensinar.

Conclusão

Diante da discussão, é claro que problematizar as formas de ensinar matemática é essencial, assim como a inserção de conteúdos que envolvam as questões de gêneros e sexualidades na escola. A partir disso, torna-se palpável repensar as práticas docentes que excluem pessoas a partir da (aula de) matemática e/ou da propagação de preconceitos destinados àquelas da chamada comunidade LGBTIA+; e, então, imaginar cenários para investigação inclusivos, a fim de permeabilizar o ambiente das aulas de matemática e da escola com um encontro entre diferenças e possibilitar que esses ambientes sejam inclusivos.

Destarte, as três lives apresentadas e discutidas nesse relato de experiência concentram-se como instrumentos de formação docente e social, dado que elas convocam-nos a refletir sobre os processos de exclusão pela (aula de) matemática e as violências destinadas às pessoas LGBT dentro dos espaços educacionais, apresentando a escola como um local repleto de opressões, mas fundamental para transformação de ideais LGBTfóbicos, neoliberais e religiosos que reverberam a desigualdade e culpabilizam, respectivamente, os alunos por serem quem são e pelas falhas do sistema de ensino. Por conseguinte, é necessário que os espaços educacionais acolham as diferenças e não as transformem em desigualdade.

Referências

ASSUNÇÃO, Ricardo G.; SILVA, Marcio A. da.. Minha culpa, minha tão grande culpa: processos de exclusão pela matemática. In: SEMINÁRIO SUL-MATO-GROSSENSE DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO MATEMÁTICA, XV, Online. **Anais...**, 2021, p. 1-11. Online.

BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas:** Sobre a teoria da ação. Tradução: Mariza Corrêa. 9ª ed. Campinas, SP: Papirus, 1996.

GUSE, Hygor B.; ESQUINCALHA, Agnaldo da C.; “É bixa, mas é inteligente”: atravessamentos da matemática na trajetória escolar de professores(as) LGBTI+ de matemática. In: ENCONTRO NACIONAL DE EDUCAÇÃO MATEMÁTICA, XIV, 2022, Brasília (DF). **Anais...**, 2022. Online.



III ENCONTRO NACIONAL DE EDUCAÇÃO MATEMÁTICA INCLUSIVA

04 a 06 de setembro de 2023

Instituto Federal do Espírito Santo

Vitória-ES

JUNQUEIRA, Rogério D. Homofobia nas Escolas: um problema de todos. In: JUNQUEIRA, Rogério D. (org.). **Diversidade Sexual na Educação**: problematizações sobre a homofobia nas escolas. Brasília, DF: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, 2009. 13-51.

KNIJNIK, Gelsa. Educação matemática, exclusão Social e Política do Conhecimento. **Bolema**, Rio Claro – SP, v. 14, n. 16, p. 1-15, 2001.

MENDES, Luísa C.; REIS, Washington S. dos; ESQUINCALHA, Agnaldo da C. Por que algumas pessoas se incomodam com a pesquisa em gênero e sexualidades no campo da Educação Matemática? In: ESQUINCALHA, Agnaldo da C. (org.). **Estudos de Gênero e Sexualidades em Educação Matemática**: tensionamentos e possibilidades. Brasília: Sociedade Brasileira de Educação Matemática (SBEM), 2022, p. 23-45.

RIBEIRO, Cristine J.; MORAES, Camila de F.; KRUGER, Nino R. M.. A universidade e os corpos invisibilizados: para se pensar o corpo LGBT. **Diversidade e Educação**, v. 7, n. 2, p. 357-372, jul./dez. 2019.

ROCHA, Iara C. B. da. Ensino de Matemática: Formação para a Exclusão ou para a Cidadania? **Educação Matemática em Revista**, n. 9, p. 22-31. 2001.

SANTOS, Jailson B. dos. Estudantes LGBT no âmbito universitário: da permanência à resistência. In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, V, 2018. **Anais V CONEDU...Campina Grande**: Realize Editora, 2018. Online.

SEFFNER, Fernando. Equívocos e Armadilhas na Articulação entre Diversidade Sexual e Políticas de Inclusão Escolar. In: JUNQUEIRA, Rogério D. (org.). **Diversidade Sexual na Educação**: problematizações sobre a homofobia nas escolas. Brasília, DF: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, 2009. 125-139.

SILVA, Filipe A. F. da. **Consensos e dissensos sobre a diversidade sexual e LGBTFOBIA na escola**: quem fala, quem sofre, quem nega. 2019. 197 f. Dissertação (Mestrado em Educação Contemporânea) – Universidade Federal de Pernambuco, CAA, Caruaru, 2019.

SKOVSMOSE, Ole. Inclusões, encontros e cenários. **Educação Matemática em Revista**, Brasília, v. 24, n. 64, p. 16-32, set./dez. 2019.

SOUZA, Erikah P.; MEDEIROS, Jarles L. de; BARBOSA, Alexandra dos S.; NOVAES, Marcos A. B. de; MOURA, Johnantan S. O processo excludente que provoca a evasão escolar de homens e mulheres transexuais e travestis. In: FERREIRA, Gabriella R. (org.). **A Educação no Brasil e no Mundo**: Avanços, Limites e Contradições 2. Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019. v. 2., 81-91.